



EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-01

NIRE 35.300.179.731

Companhia Aberta

("Companhia")

Assembleia Geral Ordinária

Proposta da Administração

À Única

Acionista da

EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A.

Anexo I - Comentários dos Diretores da Companhia	Pág. 02
<i>Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018</i>	
Anexo II - Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2018	Pág. 37
Anexo III - Informações acerca dos Conselheiros de Administração	Pág. 42
Anexo IV - Informações acerca da Remuneração dos Administradores	Pág. 47
<i>De abril/2019 a Março/2020, inclusive.</i>	



ANEXO I

Comentário dos Diretores da Companhia

Item 10 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

(em milhões de reais, exceto quando indicado)

A Companhia não detém participação em nenhuma outra sociedade e, portanto, todas as informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras individuais.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A EDP São Paulo é uma das principais concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo, a maior do Grupo EDP – Energias do Brasil, e sua receita provém das tarifas de distribuição de energia elétrica cobrada de seus clientes.

Segue abaixo os indicadores de liquidez da Companhia:

	2018	2017	2016
CCL (*)	R\$ 231,3	R\$ 177,6	-R\$ 158,6
ILC (**)	1,17	1,14	0,87

(*) Capital Circulante Líquido: corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante

(**) Índice de Liquidez Corrente: índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

A diretoria da Companhia entende que o seu fluxo de caixa operacional é suficiente para as atuais exigências de manutenção das atividades, serviços e investimentos.

Nos exercícios de 2018 e 2017, somado o capital de giro aos empréstimos de terceiros tem-se montante suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, para os próximos 12 meses.

O capital circulante negativo em 2016 é proveniente, principalmente, da constituição de passivos financeiros setoriais no exercício de 2016 que foram devolvidos via tarifa aos consumidores no ciclo de reajuste tarifário iniciado em 23 de outubro de 2016, sendo amortizado aproximadamente 1/12 do saldo mensalmente.

A diretoria entende que são apresentadas condições financeiras e patrimoniais suficientes e com qualidade para manutenção de seu plano de negócios, desenvolvimento de suas atividades e cumprimento de suas obrigações de curtos e médios prazos.

b) Estrutura de capital

A tabela a seguir apresenta a disponibilidade, o endividamento total e o patrimônio líquido da Companhia nos últimos três anos. As informações descritas abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como legislação específica editada pela ANEEL.



	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Endividamento			
Circulante			
Debêntures	78,4	75,4	49,5
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	74,8	162,0	405,3
	153,2	237,4	454,8
Não Circulante			
Debêntures	206,3	284,4	606,6
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	449,5	548,6	295,8
	655,8	833,0	902,4
Endividamento total (ET)	809,1	1.070,4	1.357,3
Endividamento líquido (EL)	453,6	937,4	1.205,5
Patrimônio líquido (PL)	1.002,2	1.105,7	1.197,4
Índice de EL / PL	45,3%	84,8%	100,7%
Índice de ET / (ET + PL)	44,7%	49,2%	53,1%

Nos últimos três exercícios, a Companhia se utilizou como fontes de capital de terceiros empréstimos, financiamentos e debêntures. Os Diretores entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que os recursos operacionais da Companhia proporcionam suficiente liquidez para fazer frente aos seus compromissos financeiros.

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA (lucro ou prejuízo líquido da Companhia acrescido da contribuição social, imposto de renda, resultados financeiros, depreciação e amortização) demonstrado abaixo:

	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
EBITDA	280,4	415,7	440,2
Margem EBITDA	8,93%	10,46%	10,51%

(*) No cálculo da margem EBITDA foi considerada a Receita de Construção.

O nível das disponibilidades da Companhia também é sempre mantido em um patamar suficiente para honrar suas necessidades do dia-dia, suas amortizações e investimentos, sendo que o saldo de disponibilidades da Companhia era de R\$151,8 em 31 de dezembro de 2018, R\$132,9 em 31 de dezembro de 2017 e R\$355,5 em 31 de dezembro de 2016.

Dessa forma, considerando a posição atual de caixa e a capacidade de geração de caixa da Companhia, os Diretores acreditam que a mesma possui liquidez e recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo.

Também podemos demonstrar nossa capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos por meio das medições que as agências de rating realizam periodicamente.



Em 17 de fevereiro de 2016, como consequência da redução do rating soberano brasileiro, a S&P revisou o rating da Companhia, reduzindo o rating local para "brAA-". A perspectiva do rating é "negativa".

Em 25 de fevereiro de 2016, como consequência da redução do rating soberano brasileiro, a Moody's revisou os ratings da Companhia que teve seus ratings reduzidos para "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global. A perspectiva dos ratings é "negativa".

Em 23 de setembro de 2016, a Standard & Poor's afirmou o rating da Companhia em "brAA-", em escala local, com perspectiva "negativa", em função do rating soberano.

Em 17 de março de 2017, a Moody's alterou a perspectiva dos ratings da Companhia de "negativa" para "estável", seguindo a mudança ocorrida no rating soberano. E em 23 de março, a agência afirmou os ratings da Companhia em "Ba2/Aa2.br", em escalas global e local, respectivamente, com perspectiva "estável".

Em 12 de janeiro de 2018, a Standard & Poors (S&P) alterou a perspectiva dos ratings da EDP São Paulo, passando de negativa para estável.

Em 10 de abril de 2018 a Moody's elevou o rating da EDP São Paulo em escala local para "Aa1.br", refletindo mudança de perspectiva, bem como o posicionamento de seu perfil de crédito em comparação com pares locais do setor regulado de distribuição de energia.

Em 23 de abril de 2018 a Moody's reafirmou os ratings da EDP São Paulo.

Em 11 de julho de 2018 a S&P aumentou o rating da EDP São Paulo, após a alteração da metodologia e da tabela de mapeamento de ratings da Escala Nacional Brasil. Os ratings locais passaram de "brAA-" para "brAAA". A perspectiva se manteve em estável.

Em 27 de setembro de 2018, a S&P reafirmou os ratings da EDP São Paulo, em "brAAA" em escala local.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros principalmente para fins de capital de giro e financiamento de seus investimentos. Os contratos financeiros celebrados por ela possuem cláusulas usuais de rescisão e vencimento antecipado, inclusive determinados *covenants* financeiros que impõem à Companhia obrigações relacionadas à manutenção do equilíbrio financeiro.

Nos últimos três exercícios sociais, as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia foram a geração de caixa operacional, os empréstimos e financiamentos e debêntures. Nesses períodos, a Companhia captou recursos para financiar os investimentos e o capital de giro por meio de emissões de debêntures, e empréstimos e financiamentos junto a bancos comerciais e ao BNDES. Na opinião dos nossos Diretores, as captações realizadas foram adequadas e consistentes com a nossa necessidade de capital, considerando o contexto e as condições de mercado em que a Companhia se encontra e se encontrava.

A Companhia procura prever suas captações com uma antecedência mínima, que lhe possibilite um melhor planejamento quanto aos prazos e formas de captação, para que esteja sempre preparada para eventuais mudanças no mercado, e consiga buscar fontes alternativas de recursos em caso de necessidade. Na visão dos nossos Diretores, esta atuação garante à Companhia uma maior flexibilidade, e melhores decisões com relação às suas captações.



Os Diretores da Companhia acreditam que esta estratégia de captações é a mais indicada para o grupo, como forma de manter um índice de alavancagem adequado, sempre buscando alternativas para reduzir seu custo de captação e aumentar seu prazo médio.

Segue abaixo as captações de recursos efetuadas ao longo dos 3 últimos exercícios:

2018						
Fonte	Instituição	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
Debêntures - 8ª Emissão - 2ª Integralização	Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	jan/18	jan/21	100.000	107,50% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
BNDES FINEM - nº 17.2.0295.1 (Liberação)	BNDES	fev/18	jun/25	36.600	TJLP + 2,96%a.a. / IPCA + 3,23%a.a.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
BNDES FINEM - nº 14.2.1238.1 (Liberação)	BNDES	jul/18	mai/22	657	TJLP	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
EDP - Energias do Brasil S.A. (Liberação)		jun/18	mar/19	7.000	100,3% do CDI	Contratos de mútuo (*)
		jul/18	mar/19	25.000		
		jul/18	mar/19	15.000		
		ago/18	mar/19	13.000		
		nov/18	mar/19	22.000		
Debêntures - 9ª Emissão	Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	ago/18	ago/25	260.000	IPCA + 5,91% a.a.	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica
Cédula de Crédito Bancário	Banco ABC	nov/18	fev/19	90.000	CDI + 0,95% a.a.	Capital de giro
				569.257		

2017						
Fonte	Instituição	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
BNDES FINEM	BNDES	fev/17	dez/24	1,0	IPCA + TR + 3,05% a.a. / TJLP + 3,05%a.a., Pré 6% a.a. e TJLP.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
7ª Emissão de Debêntures	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	abr/17	abr/22	150,0	108,75% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
4ª Emissão de Notas Promissórias	SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	jul/17	jul/19	130,0	107,50% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
BNDES FINEM	BNDES	nov/17	jun/25	122,0	TJLP + 2,96%a.a. / IPCA + 3,23%a.a. + TR	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
8ª Emissão de Debêntures	Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	dez/17	jan/21	100,0	107,50% do CDI	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro
Total				503,0		

2016						
Fonte	Instituição	Data da liberação	Vencimento	Valor	Custo da dívida	Finalidade
6ª Emissão de Debêntures	Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	fev/16	fev/20	100,0	CDI + 2,30%	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro
BNDES FINEM	BNDES	mai/16	dez/24	17,8	IPCA + TR + 3,05% a.a. / TJLP + 3,05%a.a. e Pré 6% a.a.	Financiamento de obras de infraestrutura da concessão
Total				117,8		



e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

As necessidades de financiamento de CAPEX de manutenção estão asseguradas pela linha pré-aprovada do BNDES, além da geração própria de caixa. Em função de sua geração de caixa, a Companhia não utiliza de forma recorrente linhas de financiamento para a cobertura de suas necessidades de capital de giro, além do que é necessário para financiar seu CAPEX de manutenção. A necessidade por eventual captação fora destas linhas é, em geral, para alongar o perfil de endividamento e manter os níveis de alavancagem adequados tanto para seus acionistas quanto para seus credores. Para o atendimento dessas eventuais necessidades, a Companhia tende a analisar as diferentes opções, dependendo das condições de mercado, almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Nossos Diretores acreditam que nosso nível de endividamento vem se mantendo em um patamar condizente com nosso fluxo de caixa. No entendimento de nossos Diretores, a composição do nosso endividamento também demonstra a boa saúde financeira da Companhia.

Alavancagem total (R\$ milhões)	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	AV	AV
Empréstimos e financiamentos de curto prazo	74,8	162,0	405,3	4,4%	10,0%
Debêntures de curto prazo	78,4	75,4	49,5	2,0%	1,2%
	153,2	237,4	454,8	6,5%	11,3%
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	449,5	548,6	295,8	14,9%	7,3%
Debêntures de longo prazo	206,3	284,4	606,6	7,7%	15,0%
	655,8	833,0	902,4	22,6%	22,3%
Total da alavancagem	809,1	1.070,4	1.357,3	29,1%	33,6%
Patrimônio Líquido	1.002,2	1.105,7	1.197,4	30,1%	29,6%
Alavancagem total sobre					
Alavancagem total + Patrimônio Líquido	44,7%	49,2%	53,1%	49,2%	53,1%



Empréstimos, financiamento e encargos de dívidas relevantes (em milhares de reais)

EDP SÃO PAULO DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA S.A.

	Vigência do contrato	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2018 Total	31/12/2017 Total
Moeda nacional							
Banco Citibank - Cédula de Câmbio	29/05/2015 a 29/05/2019	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente, em Junho e Dezembro.	85% do CDI + 1,19% a.a.	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	75.476	151.027
Eletrobras LPT - ECFS 184/07	30/11/2009 a 30/10/2019	-	5% a.a. + 1% a.a (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	1.095	2.518
BNDES - BB/CALC	17/02/2010 a 17/06/2019	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.	2.443	7.279
BNDES - FINEM / Nº 14.2.1238.1	28/12/2014 a 16/12/2024	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., IPCA + TR(iii) + 3,05% a.a., e Pré de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais. (iv)	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	184.177	221.622
(-) Custo de transação	28/12/2014 a 16/12/2024	-	-	-	-	(616)	(826)
Notas Promissórias (4ª Emissão)	19/07/2017 a 19/07/2019	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	107,5% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final	-	144.304	134.962
(-) Custo de transação	19/07/2017 a 19/07/2019	-	-	-	-	(23)	(68)
BNDES - FINEM / Nº 17.2.0295.1	05/09/2017 a 15/06/2025	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	TJLP + 2,96% a.a. IPCA + 3,23% a.a.	a)Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal; b)Principal e juros anuais.	a. Cessão fiduciária de no mínimo 130% do valor do saldo devedor; b. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil.	168.697	123.094
(-) Custo de transação	05/09/2017 a 15/06/2025	-	-	-	-	(2.665)	(3.378)
EDP - Energias do Brasil S.A.	23/03/2017 a 28/03/2019	-	100,3% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final	-	-	-
Banco ABC - Cédula de Crédito Bancário	07/11/2018 a 05/02/2019	-	CDI + 0,95% a.a.	Principal e Juros em parcela única no final	-	90.924	-
(-) Custo de transação	07/11/2018 a 05/02/2019	-	-	-	-	(338)	-
Total						663.474	636.230
Moeda estrangeira							
Banco Citibank - Cédula de Crédito Bancário	04/09/2015 a 04/09/2019	Dívida líquida em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5, apurado semestralmente em Junho e Dezembro.	Libor 3M + 1,84% a.a.	Principal anual a partir de setembro/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	39.816	67.639
Total						39.816	67.639
Derivativos							
Banco Citibank	04/09/2015 a 04/09/2019	-	Sw ap de variação cambial e de Libor 3M + 1,84% a.a. para CDI + 1,20% a.a.	Conforme fluxo de amortização de principal e juros da dívida protegida.	-	(2.156)	6.728
Total						(2.156)	6.728
Total						701.134	710.597



(i) Debêntures (em milhares de reais)

						<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Valor total</u>	<u>Data da emissão</u>	<u>Vigência do contrato</u>	<u>Finalidade</u>	<u>Custo da dívida</u>	<u>Forma de pagamento</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
300.000	5ª emissão em 30/04/2014	30/04/2014 a 30/04/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	CDI + 1,39% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2017 e juros semestral	36.448	109.475
(2.413)		30/04/2014 a 30/04/2019			Amortização mensal	(41)	(302)
150.000	7ª emissão em 07/04/2017	07/04/2017 a 07/04/2022	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	108,75% do CDI a.a.	Principal semestral a partir de abril/2020 e juros semestral	152.266	152.569
(1.052)		07/04/2017 a 07/04/2022			Amortização mensal	(600)	(858)
200.000	8ª emissão em 20/12/2017	20/12/2017 a 20/01/2021	Refinanciar e alongar o prazo médio da dívida e capital de giro.	107,50% do CDI a.a.	Principal anual a partir de janeiro/2020 e juros semestral.	205.958	100.057
(1.183)		20/12/2017 a 20/01/2021			Amortização mensal	(742)	(1.183)
260.000	9ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/08/2025	Expansão, renovação e melhoria da infraestrutura de distribuição de energia elétrica	IPCA + 5,91%	Principal anual a partir de agosto/2023 e juros semestral	266.510	-
(3.948)		15/08/2018 a 15/08/2025			Amortização mensal	(3.680)	-
						<u>656.119</u>	<u>359.758</u>



(ii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe subordinação entre as dívidas.

(iii) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Alguns contratos de empréstimo e financiamento da Companhia possuem cláusulas restritivas (covenants) relacionadas ao cumprimento de diversos índices financeiros, conforme demonstrado no quadro (i) acima.

Em relação às debêntures, as principais cláusulas prevendo a rescisão, nos contratos vigentes, estão descritas abaixo:

- Para todas as emissões:
 - (i) decretação de falência da Emissora, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora;
 - (ii) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
 - (iii) perda da concessão para distribuição de energia elétrica; e
 - (iv) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA Ajustado, não superior a 3,5 na data de apuração, que é 31 de dezembro de cada ano.

- Específicas para a 5ª emissão:
 - (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária referente ao principal e/ou à Remuneração das Debêntures, não sanada em 5 dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de notificação para pagamento enviada pelo Agente Fiduciário;
 - (ii) protesto cambiário contra a Emissora que não tenha sido contestado de má fé em valor individual igual ou superior a R\$75.000 e/ou não sanado em 30 dias, contados da sua intimação; e
 - (iii) recebimento de notificação, pela Emissora, de sentença final transitada em julgado de natureza condenatória em ação judicial cujo valor, individualmente, seja superior a R\$75.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora.

- Específicas para a 7ª emissão:
 - (i) celebração de contratos de mútuo pela Emissora, na qualidade de mutuante, sem prévia e expressa anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 das Debêntures em Circulação, com quaisquer sociedades nacionais ou estrangeiras, integrantes do seu grupo econômico, em valor individual ou agregado superior a R\$100.000, ou o seu equivalente em outras moedas;
 - (ii) falta de pagamento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou à Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista na Escritura, não sanado no prazo de 2 dias úteis contados da data do respectivo vencimento;



- (iii) protesto de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou global ultrapasse R\$75.000 ou o seu equivalente em outras moedas, salvo se no prazo de 10 dias contados do conhecimento pela Emissora de referido protesto a Emissora tiver tomado medidas cabíveis e comprovado ao Agente Fiduciário que: a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro ou era ilegítimo; b) o protesto seja cancelado, ou, ainda, c) o protesto tenha a sua exigibilidade suspensa por medida judicial cabível; e
- (iv) se a EDP - Energias do Brasil deixar de ser a controladora da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pelos Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 das Debêntures em circulação.

• Específicas para a 8ª emissão:

- (i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- (ii) transformação da Emissora em sociedade limitada; e
- (iii) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta.

• Específicas para a 7ª e 8ª emissão:

- (i) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária da Emissora no mercado local ou internacional, nos termos de um ou mais instrumentos financeiros, em montante superior a R\$75.000 ou seu equivalente em outras moedas.

• Específicas para a 9ª emissão:

- (i) Transformação da Emissora em sociedade limitada

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, a Companhia encontrava-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas (*covenants*), previstas nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Os nossos Diretores destacam que o descumprimento de qualquer desses *covenants* pode resultar na antecipação do vencimento dos contratos de financiamento e debêntures, o que poderia ter um impacto financeiro negativo na Companhia.

Os nossos Diretores ressaltam, ainda, que a Companhia monitora todos esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam sempre atendidas. No entendimento dos nossos Diretores, todas as condições restritivas e demais *covenants* assumidos pela Companhia estão adequadamente atendidos. Na visão dos Diretores, esses índices restritivos estão de acordo com as métricas do mercado, e não acarretam em riscos excessivos à Companhia.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os Diretores informam que, atualmente, a Companhia possui contrato de financiamento junto ao BNDES com limite total de utilização de R\$399,7, dos quais R\$38,0 já foram desembolsados até 31 de dezembro de 2018.

Para mais informações sobre a linha de crédito acima, vide o item 10.1 (f) (i). Na visão de nossos Diretores, o limite de utilização do financiamento contratado é adequado pois segue estritamente o estipulado no contrato.



h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia deverá ser lida junto com as demonstrações financeiras da Companhia relativa aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016, e respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens deste Formulário de Referência, em especial as do item 3 e demais subitens deste item 10.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Demonstração do resultado do exercício	31/12/2016		31/12/2017		31/12/2018		Variação	
	AV	AV	AV	AV	AV	AV	2018-2017 (%)	2017-2016 (%)
Receitas	3.140,1	100,0%	3.969,9	100,0%	4.189,1	100,0%	5,5%	26,4%
Custo da produção e do serviço de energia elétrica								
Custo do serviço de energia elétrica	-2.111,7	-67,2%	-2.817,0	-71,0%	-2.931,6	-70,0%	4,1%	33,4%
Custo da produção da energia elétrica	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Custo de operação	-333,8	-10,6%	-337,2	-8,5%	-351,8	-8,4%	4,3%	1,0%
Custo do serviço prestado a terceiros	-248,2	-7,9%	-271,1	-6,8%	-318,9	-7,6%	17,6%	9,2%
Lucro bruto	446,4	14,2%	544,6	13,7%	586,8	14,0%	7,7%	22,0%
Despesas e Receitas operacionais								
Despesas com vendas	-58,0	-1,8%	-39,2	-1,0%	-35,1	-0,8%	-10,5%	-32,3%
Despesas gerais e administrativas	-134,9	-4,3%	-140,8	-3,5%	-152,4	-3,6%	8,3%	4,3%
Depreciações e amortizações	-7,7	-0,2%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	-100,0%
Outras despesas e receitas operacionais	-48,7	-1,6%	-40,6	-1,0%	-59,3	-1,4%	46,1%	-16,7%
	-249,3	-7,9%	-220,5	-5,6%	-246,8	-5,9%	11,9%	-11,5%
Resultado antes do resultado financeiro e tributos	197,2	6,3%	324,1	8,2%	340,0	8,1%	4,9%	64,4%
Resultado financeiro								
Receitas financeiras	153,8	4,9%	117,3	3,0%	129,0	3,1%	10,0%	-23,8%
Despesas financeiras	-184,7	-5,9%	-170,2	-4,3%	-180,9	-4,3%	6,3%	-7,8%
	-30,9	-1,0%	-52,9	-1,3%	-51,9	-1,2%	-2,0%	71,5%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	166,3	5,3%	271,2	6,8%	288,2	6,9%	6,3%	63,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	-278,4	-8,9%	57,9	1,5%	-75,8	-1,8%	-231,0%	-120,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	253,6	8,1%	-135,0	-3,4%	1,2	0,0%	-100,9%	-153,2%
	-24,9	-0,8%	-77,1	-1,9%	-74,7	-1,8%	-3,1%	209,7%
Resultado líquido do exercício	141,4	4,5%	194,1	4,9%	213,5	5,1%	10,0%	37,2%

Resultados operacionais em 2018 e 2017

Receita líquida

A receita líquida apresentou um aumento de 5,5% em 2018 em relação à 2017, atingindo R\$4.189,1 considerando as receitas de construção as quais tem impacto nulo no resultado da Companhia. Se essa receita for desconsiderada a receita operacional líquida resulta em R\$3.870,4, 4,6% acima do exercício anterior. Esse resultado é explicado, principalmente:

- Melhora do mercado pelos efeitos de expansão do número de clientes e aumento da atividade econômica resultou em impacto de positivo de R\$12,5 milhões face a 2017;
- Aplicações de medidas para redução das perdas na área de concessão contribuíram para um registro menor em relação a 2017.

Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia e encargos totalizaram em 2018 o montante de R\$2.931,6, 4,0% acima com relação ao exercício anterior. Tal fato é decorrente essencialmente de: i) aumento de R\$94,5 com custo de energia elétrica e; ii) aumento de R\$207,1 com encargos de uso da rede elétrica; iii) e redução do custo com Energia comprada para revenda de R\$176,7 milhões.

Custo de operação

O custo de operação ao final de 2018 sofreu um acréscimo de 4,3%, principalmente, devido aumento das despesas gerenciáveis.



Receitas e despesas operacionais

As receitas e despesas operacionais da Companhia, que compreendem, principalmente, os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, e outras despesas, ficaram 11,9% acima em relação ao mesmo período do ano anterior atingindo o montante de R\$246,8. Este aumento é decorrente, principalmente:

- Despesas gerais e administrativas: Apresentou um aumento de 8,3% em relação ao exercício anterior, principalmente, em decorrência do aumento com material, serviços de terceiros;
- Outras despesas e receitas operacionais: aumento em 2018 em decorrência, principalmente, da redução das provisões para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas contabilizadas em 2017 por reversões de provisões regulatórias.

Resultado financeiro líquido

O Resultado Financeiro de 2018 foi negativo em R\$51,9, inferior em R\$1,0 comparado ao ano anterior, reflexo, principalmente: (i) do aumento de da receita com multas e juros sobre energia vendida; (ii) redução da receita com os ativos/passivos financeiro setoriais; e (iii) maior atualização das contingências judiciais.

Imposto de renda e contribuição social

Redução de 3,1% em 2018 em relação ao exercício anterior.

Resultados operacionais em 2017 e 2016

Receita líquida

A receita líquida apresentou um aumento de 26,6% em 2017 em relação à 2016, atingindo R\$3.975,7, considerando as receitas de construção as quais tem impacto nulo no resultado da Companhia. Se essa receita for desconsiderada a receita operacional líquida resulta em R\$3.705,9, 28,1% acima do exercício anterior. Esse resultado é explicado, principalmente:

- iii) Aumento do montante constituído em relação aos ativos e passivos setoriais, sendo reconhecido em 2017 uma receita de R\$707,0, enquanto que em 2016 houve o reconhecimento de uma despesa de R\$794,7;
- iv) Melhora do mercado pelos efeitos de expansão do número de clientes e aumento da atividade econômica resultou em impacto de positivo de R\$24 milhões face a 2016;
- v) Aumento da Parcela B em outubro de 2016 que resultou em um efeito tarifário positivo de R\$37 milhões em 2017; e
- vi) Aplicações de medidas para redução das perdas na área de concessão contribuíram para um registro menor em relação a 2016.

Custo do serviço de energia elétrica

Os custos do serviço de energia e encargos totalizaram em 2017 o montante de R\$2.817,0, 33,4% acima com relação ao exercício anterior. Tal fato é decorrente essencialmente de: i) aumento de R\$607,7 com custo de energia elétrica e; ii) aumento de R\$96,2 com encargos de uso da rede elétrica.

Custo de operação

O custo de operação ao final de 2017 sofreu um acréscimo de 2,8%, principalmente, devido aumento 0,4% das despesas gerenciáveis.



Receitas e despesas operacionais

As receitas e despesas operacionais da Companhia, que compreendem, principalmente, os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, e outras despesas, ficaram 11,5% abaixo em relação ao mesmo período do ano anterior atingindo o montante de R\$220,5. Esta redução é decorrente, principalmente:

- Despesas com vendas: A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) fechou 2017 em R\$39,2, menor em 32,3% face 2016, refletindo especialmente os esforços das equipes de recuperação e cobrança, investimento em projetos de telemedicina, combate a fraudes, ações de roteirização de corte;
- Despesas gerais e administrativas: Apresentou uma redução de 1,3% em relação ao exercício anterior, principalmente, em decorrência da redução dos gastos com pessoal, material, serviços de terceiros de 0,5% motivado pela menor inflação do período em 1,2 p.p., além dos esforços da Companhia no controle dos custos (Orçamento Base Zero);
- Outras despesas e receitas operacionais: Redução de 16,7% em 2017 em decorrência, principalmente, da redução das provisões para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas em 72,3% impactadas por reversões de provisões regulatórias.

Resultado financeiro líquido

O Resultado Financeiro de 2017 foi negativo em R\$52,9, superior em R\$22,0 comparado ao ano anterior, reflexo, principalmente: (i) da redução de R\$29,8 da receita com multas e juros sobre energia vendida, reflexo da melhora da economia no estado; e (ii) redução de R\$9,5 da receita com os ativos/passivos financeiro setoriais.

Imposto de renda e contribuição social

Aumento de 209,7% em virtude, principalmente, do maior resultado tributável no exercício de 2017 em relação ao exercício anterior.



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Balanços Patrimoniais	31/12/2016	AV	31/12/2017	AV	31/12/2018	AV	Varição 2018-2017	Varição 2017-2016
ATIVO								
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	355,5	11,3%	132,9	3,6%	151,8	3,8%	14,2%	-62,6%
Contas a receber	617,7	19,7%	819,4	22,3%	1.041,0	25,8%	27,0%	32,7%
Impostos e contribuições sociais	32,2	1,0%	226,5	6,2%	69,0	1,7%	-69,5%	603,2%
Tributos diferidos	34,8	1,1%	114,7	3,1%	19,2	0,5%	-83,3%	229,4%
Estoques	3,7	0,1%	7,9	0,2%	9,5	0,2%	19,6%	115,7%
Cauções e depósitos vinculados	0,3	0,0%	0,2	0,0%	0,3	0,0%	24,9%	-17,9%
Ativos financeiros setoriais	1,1	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	-100,0%
Outros créditos	49,1	1,6%	121,4	3,3%	311,3	7,7%	156,4%	147,3%
Total do Ativo Circulante	1.094,5	34,9%	1.423,1	38,7%	1.602,0	39,7%	12,6%	30,0%
Não Circulante								
Ativo financeiro indenizável	626,1	20,0%	736,1	20,0%	916,2	22,7%	24,5%	17,6%
Contas a receber	47,1	1,5%	37,1	1,0%	19,0	0,5%	-48,9%	-21,1%
Impostos e contribuições sociais	72,7	2,3%	84,9	2,3%	101,5	2,5%	19,7%	16,8%
Tributos diferidos	247,9	7,9%	122,8	3,3%	152,6	3,8%	24,2%	-50,5%
Cauções e depósitos vinculados	75,5	2,4%	91,7	2,5%	112,2	2,8%	22,3%	21,5%
Ativos da concessão	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0%	0,0%
Ativos financeiros setoriais			154,4		68,0			
Outros créditos	11,6	0,4%	14,5	0,4%	13,2	0,3%	-9,3%	25,0%
	1.080,9	34,5%	1.241,6	33,8%	1.382,7	34,2%	11,4%	14,9%
Propriedades para investimentos	1,7	0,1%	1,5	0,0%	1,4	0,0%	-12,5%	-11,1%
Imobilizado	0,0	0,0%	0,2	0,0%	0,0	0,0%	-86,6%	8100,0%
Intangível	960,3	30,6%	1.011,3	27,5%	1.052,8	26,1%	4,1%	5,3%
	962,0	30,7%	1.013,0	27,5%	1.054,2	26,1%	4,1%	5,3%
Total do Ativo Não Circulante	2.042,9	65,1%	2.254,6	61,3%	2.436,8	60,3%	8,1%	10,4%
TOTAL DO ATIVO	3.137,4	100,0%	3.677,7	100,0%	4.038,8	100,0%	9,8%	17,2%
Balanços Patrimoniais	31/12/2016	AV	31/12/2017	AV	31/12/2018	AV	Varição 2017-2016	Varição 2016-2015
PASSIVO								
Circulante								
Fornecedores	373,1	11,9%	575,0	15,6%	497,0	12,3%	54,1%	-13,6%
Impostos e contribuições sociais	175,0	5,6%	-	0,0%	4,8	0,1%	-100,0%	0,0%
Tributos diferidos	-	0,0%	170,9	4,6%	196,4	4,9%	0,0%	14,9%
Dividendos	55,9	1,8%	55,8	1,5%	56,4	1,4%	-0,2%	1,0%
Debêntures	78,4	2,5%	75,4	2,0%	49,5	1,2%	-3,9%	-34,3%
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	74,8	2,4%	162,0	4,4%	405,3	10,0%	116,6%	150,2%
Benefícios pós-emprego	1,0	0,0%	7,9	0,2%	7,7	0,2%	682,3%	-3,1%
Encargos Setoriais	91,6	2,9%	91,6	2,5%	63,2	1,6%	0,0%	-31,0%
Provisões	14,6	0,5%	6,5	0,2%	7,0	0,2%	-55,4%	6,8%
Outras contas a pagar	388,5	12,4%	100,3	2,7%	83,5	2,1%	-74,2%	-16,8%
Total do Passivo Circulante	1.253,0	39,9%	1.245,5	33,9%	1.370,6	33,9%	-0,6%	10,0%
Não Circulante								
Impostos e contribuições sociais	-	0,0%	210,5	5,7%	202,1	5,0%	0,0%	-4,0%
Tributos diferidos	-	0,0%	0,0	0,0%	0,6	0,0%	0,0%	14050,0%
Debêntures	206,3	6,6%	284,4	7,7%	606,6	15,0%	37,8%	113,3%
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	449,5	14,3%	548,6	14,9%	295,8	7,3%	22,0%	-46,1%
Benefícios pós-emprego	-	0,0%	19,4	0,5%	54,0	1,3%	0,0%	177,6%
Encargos Setoriais	7,6	0,2%	3,8	0,1%	7,1	0,2%	-50,1%	85,8%
Provisões	99,2	3,2%	139,5	3,8%	167,5	4,1%	40,7%	20,1%
Passivos financeiros setoriais	92,1	2,9%	109,9	3,0%	126,3	3,1%	19,4%	15,0%
Outras contas a pagar	27,5	0,9%	10,3	0,3%	10,8	0,3%	-62,4%	4,3%
Total do Passivo Não Circulante	882,2	28,1%	1.326,5	36,1%	1.470,7	36,4%	50,4%	10,9%
Patrimônio Líquido								
Capital social	596,7	19,0%	596,7	16,2%	596,7	14,8%	0,0%	0,0%
Reservas de capital	77,7	2,5%	77,7	2,1%	77,7	1,9%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	373,9	11,9%	502,3	13,7%	621,2	15,4%	34,4%	23,7%
Outros resultados abrangentes	(46,0)	-1,5%	(71,0)	-1,9%	(98,1)	-2,4%	54,2%	38,2%
Total do Patrimônio Líquido	1.002,2	31,9%	1.105,7	30,1%	1.197,4	29,6%	10,3%	8,3%
TOTAL DO PASSIVO	3.137,4	100,0%	3.677,7	100,0%	4.038,8	100,0%	17,2%	0,0%



Balancos Patrimoniais em 2018 e 2017

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa: 14,2% superior, em virtude de maior geração de caixa operacional.

Contas a receber: 27,0% superior devido, principalmente, ao reajuste das tarifas e efeitos de mercado.

Impostos e contribuições sociais: a variação negativa de 83,3% é decorrente, principalmente pela constituição de créditos devido ao recálculo de tributos nas EDP São Paulo no exercício de 2017.

Não circulante

Ativo financeiro indenizável: A Companhia apresenta saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no Contrato de concessão.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de valores itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

O saldo, 24,5% superior se deve às adições do período e a atualização financeira pelo Valor Novo de Reposição.

Ativos financeiros setoriais: a variação negativa de 56,0% corresponde constituição de passivos de CVA, que serão incorporadas às tarifas em ciclos tarifários superiores a 12 meses.

Ativos da Concessão: 12,7% superior devido, principalmente, aos investimentos realizados na infraestrutura da concessão no montante de R\$256,7, compensados em parte com as amortizações do exercício e com as transferências para o ativo financeiro indenizável.

PASSIVO

Circulante

Fornecedores: Redução de 13,6% motivado pelos seguintes aspectos: (i) redução nos valores a pagar referentes a Suprimento de energia elétrica decorrente do menor do despacho termoeletrico pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, que diminui o pagamento da parcela variável dos contratos de produção de energia por disponibilidade; (ii) redução do repasse dos encargos de uso da rede elétrica relativos à indenização das transmissoras; (iii) redução do saldo referente às transações de energia comercializada e encargos no âmbito da CCEE. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo corresponde às provisões de liquidação dos meses novembro e dezembro de 2018 que foram impactadas pelo repasse de risco hidrológico associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física. A redução do saldo em relação ao exercício anterior está associada à provisão para devolução de



R\$76.676 à CCEE decorrentes das reduções contratuais de compra de energia realizados junto às geradoras, no âmbito da Resolução ANEEL nº 693/15, visando a redução da sobrecontratação da Companhia, liquidada durante o exercício de 2018.

Empréstimos, financiamento e encargos de dívida: Aumento de 150,2% devido, principalmente, à transferência de parcelas do não circulante para o circulante (R\$299,6) e dos juros provisionados no período (R\$43,2, compensada pela amortização de parte da dívida (R\$245,6).

Não circulante

Debêntures: Aumento de 113% devido, ao ingresso de emissões de títulos realizadas pela Companhia no montante total de R\$360,0, compensada pela transferência de parcelas do não circulante para o circulante no montante de R\$36,0.

Benefício pós-emprego: A constituição de R\$54,0 é proveniente da constituição de déficit em relação ao plano de suplementação de aposentadoria e pensão de benefício definido.

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

Patrimônio líquido

Reservas de lucros:

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

A variação no exercício no montante é decorrente de: (i) constituição de R\$118.770 relativo à reversão dos dividendos deliberados na AGE realizada em 21 de dezembro de 2018 e (ii) absorção da reserva no montante de R\$28.365 relativa aos ajustes da adoção inicial do CPC 48.

Balancos Patrimoniais em 2017 e 2016

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalentes de caixa: 62,6% inferior, em virtude de menor geração de caixa operacional.

Contas a receber: 32,7% superior devido, principalmente, ao reajuste das tarifas e efeitos de mercado.

Impostos e contribuições sociais: Aumento de R\$308,9 decorrente, principalmente, do crédito de imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS em virtude do recálculo dos tributos sobre os ativos e passivos setoriais entre a antiga apuração pelo consumo efetivo da energia e a atual apuração pelo regime de competência. Foram apurados créditos no montante total de R\$414,5, sendo parte dos créditos já utilizados no exercício de 2017.



Não circulante

Ativo financeiro indenizável: A Companhia apresenta saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada quatro anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória - BRR, conforme estabelecido no Contrato de concessão.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa nº 686/15; e (ii) por adições e baixas de valores itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

O aumento do período de R\$109,9 é decorrente, principalmente, de dois aspectos: R\$104,5 é proveniente dos investimentos realizados na infraestrutura da concessão no exercício; e (ii) R\$10,2 em virtude da atualização do saldo.

Ativos financeiros setoriais: Constituição de R\$154,4 a ser repassado ao consumidor no próximo reajuste tarifário. Dentre os valores provisionados, destacamos o montante de CVA sobre compra de energia que possui um montante a ser repassado de R\$228,9. Esta variação deve-se a realização do custo de energia dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs estar distinto do custo de energia reconhecido no reajuste tarifário, principalmente, na modalidade de disponibilidade, impactada pelo aumento do despacho termoelétrico, pelo elevado repasse do risco hidrológico. Adicionalmente, quando da composição da cobertura tarifária, foi considerado um Preço de Liquidação das Diferenças - PLD superior ao realizado no período de apuração da CVA, conforme regras estabelecidas pela ANEEL e CCEE respectivamente.

Tributos diferidos: Houve uma redução no saldo de R\$125,1 motivada pelo não mais reconhecimento de tributos diferidos sobre os saldos dos ativos e passivos setoriais devido ao recálculo dos tributos pelo regime de competência.

Intangível: 5,3% superior devido, principalmente, aos investimentos realizados na infraestrutura da concessão no montante de R\$265,6, compensados em parte com as amortizações do exercício (R\$97,1) e com as transferências para o ativo financeiro indenizável (R\$104,5).

PASSIVO

Circulante

Fornecedores: Aumento de 54,1% motivado pelos seguintes aspectos: (i) aumento nos valores a pagar referentes a Suprimento de energia elétrica decorrente do aumento do despacho termoelétrico pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, que aumenta o pagamento da parcela variável dos contratos de produção de energia por disponibilidade; (ii) aumento do repasse dos encargos de uso da rede elétrica relativos à indenização das transmissoras; (iii) aumento das faturas a liquidar no mercado de curto prazo dos meses de novembro e dezembro de 2017 que foram impactadas pelo elevado repasse de risco hidrológico associados às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física, à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas cuja energia foi contratada no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e que firmaram o termo de repactuação do risco hidrológico; e (iv) provisão dos montantes a devolver à CCEE decorrentes das reduções contratuais de compra de energia realizados junto às geradoras, no âmbito da Resolução ANEEL nº 693/15, visando a redução da sobrecontratação



da Companhia, cuja a CCEE ainda não processou os novos montantes relativos à terceira etapa do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD.

Empréstimos, financiamento e encargos de dívida: Aumento de 116,6% devido, principalmente, à transferência de parcelas do não circulante para o circulante (R\$152,4) e dos juros provisionados no período (R\$46,4), compensada pela amortização de parte da dívida (R\$115,0).

Passivos financeiros setoriais: A redução de 90,6% do saldo é decorrente, substancialmente, da devolução aos consumidores no faturamento de energia do montante de R\$352,9 referente a passivos setoriais líquidos homologados pela ANEEL.

Não circulante

Impostos e contribuições sociais: O montante constituído de R\$210,5 é proveniente da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) para o parcelamento dos tributos sobre os ativos e passivos setoriais (IR, CSLL, PIS e COFINS) em decorrência da alteração da forma de apuração dos referidos tributos do atual sistema de tributação, pelo consumo efetivo da energia, para o regime de competência, recalculando todos os tributos desde o reconhecimento inicial dos ativos e passivos setoriais, ou seja, dezembro de 2014.

Debêntures: Aumento de 37,8% devido, principalmente às emissões de títulos realizadas pela Companhia (7ª e 8ª emissões) no montante total de R\$250,0, compensada pela transferência de parcelas do não circulante para o circulante no montante de R\$172,0.

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida: Aumento de 22,0% devido, principalmente às captações realizadas pela Companhia (4ª emissão de notas promissórias e FINEM do BNDES) no montante total de R\$252,0, compensado pela transferência de parcelas do não circulante para o circulante no montante de R\$152,4.

Benefício pós-emprego: A constituição de R\$19,4 é proveniente da constituição de déficit em relação ao plano de suplementação de aposentadoria e pensão de benefício definido. A partir de 2017, a avaliação atuarial passou a avaliar os ativos e as obrigações de forma segregada por grupo de custeio resultando em uma posição superavitária para a submassa de custeio BD no montante de R\$3,1 e uma posição deficitária para as submassas de custeio CV e BSPS no montante de R\$0,5 e R\$30,0, respectivamente, resultando em um montante líquido deficitário de R\$27,4, sendo R\$19,4 registrados no não circulante e R\$8,0 registrados no circulante.

Patrimônio líquido

Reservas de lucros: A variação positiva de 34,4% é decorrente dos seguintes aspectos: (i) constituição de R\$9,7 de reserva legal; (ii) constituição de R\$118,8 de reserva de lucros retidos a deliberar que corresponde à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.



10.2. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente, principalmente, do faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão da Companhia. Outra parte relevante da receita está relacionada à cobrança da tarifa pelo uso da rede de distribuição (TUSD).

As tarifas cobradas dos consumidores são estabelecidas pelo órgão regulador (ANEEL) sendo que quaisquer modificações nas regras vigentes para o setor ou na metodologia de cálculo das tarifas podem afetar a receita da Companhia.

A quantidade de energia vendida varia, principalmente, em função de fatores externos, tais como, temperatura, massa salarial e atividade econômica da área de concessão, além da própria atividade econômica do País.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Segue abaixo os montantes de receita líquida, EBITDA e Lucro líquido, dos 3 últimos exercícios:

	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	Δ 2018 x 2017 (%)	Δ 2017 x 2016 (%)
Receita líquida	3140,1	3969,9	4189,1	5,5%	26,4%
EBITDA	280,4	415,7	440,2	5,9%	48,2%
Lucro líquido	141,4	194,1	213,5	10,0%	37,2%

Na opinião dos nossos Diretores, as variações nas receitas sofrem influência das tarifas de energia elétrica cobradas dos consumidores que, por sua vez, são reguladas e reajustadas pela ANEEL, assim como pelo consumo de energia elétrica por parte dos clientes da área de concessão da Companhia.

Em relação ao EBITDA, na opinião dos Diretores, além das variações na receita, indicadas no parágrafo acima, outro aspecto relevante são os gastos operacionais.

Os gastos operacionais mais relevantes para a Companhia são: (i) os gastos com energia comprada para revenda e encargos de uso da rede, que são repassados para a tarifa cobrada dos consumidores nos reajustes tarifários, mas podem impactar entre os períodos de reajustes regulatórios; e (ii) os gastos com pessoal, serviços de terceiros, materiais e provisões, entre outros, que são aqueles que podem ser administrados e são constantemente controlados.

Em relação ao lucro líquido, na opinião dos Diretores, além das variações na receita e dos gastos operacionais, indicadas nos parágrafos acima, outros aspectos relevantes são o resultado financeiro líquido (receitas com aplicações financeiras e encargos de empréstimos e financiamentos contratados influenciados pelos indexadores como CDI e a TJLP) e tributações sobre o lucro.

Nossos Diretores destacam a seguir os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais, advindos das políticas públicas.

Para informações detalhadas sobre os fatores que influenciaram o resultado da Companhia em cada período, vide o item 10.1 (h) "Demonstração do Resultado".



2018

Em abril a ANEEL divulgou novos critérios sobre as faixas de acionamento das bandeiras tarifárias, englobando questões de risco hidrológico definidos através do histórico operativo do Sistema Interligado Nacional (SIN) e a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre o GSF e o PLD. A composição dessas duas variáveis faz com que a arrecadação prevista, com os valores propostos, se aproxime mais dos custos incorridos. Dessa forma, a bandeira amarela permanece R\$ 1 a cada 100 kWh consumidos e frações, a bandeira vermelha no patamar 1, R\$ 3 a cada 100 kWh e, no patamar 2, R\$ 5 a cada 100 kWh.

A fim de mitigar os impactos da sobrecontratação de energia nas distribuidoras, a ANEEL criou o Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE), que permite as distribuidoras negociarem até 15% da energia sobrecontratada com o Ambiente Livre de Contratação (ACL) através de leilão com preço fixo declarado pela vendedora.

2017

Em 2017 ANEEL apresentou a proposta de aprimoramento da metodologia das bandeiras tarifárias, com mudanças nos valores cobrados dos consumidores e inclusão de novos critérios no cálculo, como os custos relacionados ao déficit hídrico. Desta forma, os valores das bandeiras amarela e vermelha sofreram alterações: a bandeira vermelha passou a ter dois patamares, cujos adicionais são de R\$3,00 e de R\$ 5,00, aplicados a cada 100 kWh consumidos, e a bandeira amarela passou a representar custos adicionais de R\$ 1,00, aplicados a cada 100 kWh.

A ANEEL também revogou a regra que permitia a republicação do PLD e estabeleceu que o ONS, com apoio da CCEE, deverá disponibilizar o deck preliminar dos modelos computacionais e documentos que o subsidiam em uma plataforma virtual, diminuindo as dúvidas quanto aos dados de entrada e informações referentes aos modelos de curto e médio prazo.

2016

Com o acirramento da crise econômica brasileira e a redução do consumo de energia, as distribuidoras ficaram sobrecontratadas além do limite de 105% permitido no exercício de 2016. Constituinte uma das medidas mitigatórias ao problema da sobrecontratação de energia elétrica vivenciado pela maior parte das distribuidoras brasileiras ao longo de 2016, foram publicadas algumas Resoluções Normativas pela ANEEL. A Resolução Normativa nº 711/16 possibilitou às distribuidoras, em comum acordo com os agentes de produção, reduzir, postergar ou cancelar contratos de comercialização de energia no ACR (CCEARs). Há pagamento de ônus ou recebimento de bônus pela distribuidora por 3 anos, dependendo do preço do contrato, em relação ao preço médio de compra da distribuidora.

Além disso, houve grande volume de clientes migrando ao ACL, especialmente, em virtude dos elevados custos da geração termoeletrica ocorrida entre 2014 e 2015, com impactos significativos à sobrecontratação das distribuidoras. Nesse cenário, foi publicada a Resolução Normativa nº 726/16, que possibilitou a devolução de contratos quando da migração de clientes que compram energia de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), eólicas, etc., além dos grandes clientes, para novos CCEARs. A referida resolução, por sua vez e ainda dentro do pacote de medidas adotadas pela ANEEL no que se refere à sobrecontratação, aprimorou o emprego do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit de Energia Nova ("MCSD"), com a possibilidade de redução contratual pelos agentes de produção. Reduções ocorrerão do contrato mais caro para o mais barato e não há mecanismo de ônus e bônus.



Também foi publicada em 2016 a Lei 13.360 que introduziu relevantes alterações no cenário regulatório, tais como: (i) a criação dos Leilões de Energia Nova com início do suprimento em até 7 anos (A-7); (ii) a permissão para que consumidores com tensão até 69 kW, existentes anteriormente a 1995, possam se tornar livres; (iii) a possibilidade das distribuidoras venderem seu adicional de energia excedente no mercado livre; (iv) a majoração da Contribuição Financeira por Uso de Recursos Hídricos — CFURH (royalties da água); e (v) a alocação de custos de Itaipu, referentes à energia secundária, para o MRE.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores entendem que o resultado das nossas operações é direto e significativamente impactado pela mudança nas tarifas de energia elétrica reguladas pela ANEEL, sendo que as nossas receitas operacionais e margens dependem do processo de revisão/reajuste tarifário. Buscamos manter um bom relacionamento com o órgão regulador e com os demais participantes do mercado, para que o processo de revisão/reajuste tarifário reflita de forma transparente e adequada os interesses dos consumidores e acionistas.

Em relação à alteração de volumes, a quantidade de energia vendida varia, principalmente, em função de fatores externos, tais como, temperatura, massa salarial e atividade econômica da área de concessão, além da própria atividade econômica do País.

A receita líquida, excluindo a receita de construção, atingiu R\$3.870,4 em 2018, variação positiva de 4,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na visão dos nossos Diretores, essa variação é resultante, principalmente: (i) aumento de R\$641,3 nas controladas de distribuição ocorridas pelo aumento do volume comercializado e principalmente pelo resultado positivo dos reajustes tarifários ocorridos no exercício.

A receita líquida, excluindo a receita de construção, atingiu R\$3.705,9 em 2017, variação positiva de 28,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na visão dos nossos Diretores, essa variação é resultante, principalmente: (i) aumento na constituição de ativos e passivos financeiros setoriais (R\$1.501,7); (ii) redução dos tributos sobre a receita (ICMS) em R\$202,3; e (iii) Redução dos encargos no CDE em (R\$ 34,0).

Adicionalmente, destaca-se também, na opinião dos Diretores, o Sistema de Bandeiras Tarifárias que é a sinalização mensal do custo de geração da energia elétrica que será cobrada do consumidor, de acordo com a definição das bandeiras verde, amarela ou vermelha. Essa sinalização dá ao consumidor a oportunidade de adaptar seu consumo conforme indicação de repasse do custo de geração. Essa regra foi instituída pela ANEEL, na Resolução nº 547/13 e, desde então, sua metodologia foi testada durante o exercício de 2014, sendo implementadas a partir de 2015.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Os Diretores destacam que todas as nossas operações encontram-se no território nacional. Dessa maneira, o desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda por energia elétrica e a inflação afeta nossos custos e margens.

A inflação afeta os negócios basicamente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras. Já a depreciação do real eleva os custos de aquisição de energia elétrica da hidrelétrica de Itaipu.



A Companhia possui risco de mercado associado à dívida financeira relacionada ao CDI, TJLP, IPCA. Adicionalmente, a Companhia possui exposições à variação cambial em Dólar e juros associados à Libor 3M atreladas a dívida em moeda estrangeira, entretanto, possui derivativo de swap com o objetivo de hedge econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações.

Nossos Diretores acreditam que possuímos uma política adequada de proteção contra flutuações na taxa de juros e de câmbio.

Adicionalmente, os nossos Diretores destacam que os impactos decorrentes das alterações tarifárias sobre a nossa receita líquida dos últimos três exercícios sociais e do exercício corrente, foram comentados no item 10.2. (b).

10.3. Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nossos Diretores entendem que nos 3 últimos exercícios sociais não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nossos Diretores entendem que nos 3 últimos exercícios sociais não houve quaisquer operações envolvendo participação societária, uma vez que tal prática não é aplicável as distribuidoras de energia elétrica.

c) Eventos ou operações não usuais

Nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

2018

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2018, passou a adotar novas normas e interpretações, conforme descrito abaixo:

1) CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Esta norma faz correlação à norma IFRS 15 e introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A mesma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. O CPC 47 substituiu o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS 18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

O pronunciamento requer aplicação retrospectiva e permite um dos seguintes métodos: (i) retrospectivo a cada período anterior apresentado; ou (ii) retrospectivo com efeito cumulativo da aplicação inicial na data da adoção inicial. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo



contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018 na Demonstração do Resultado, contudo, os saldos classificados em 31 de dezembro de 2017 como "Intangível - Em curso" foram reclassificados para a rubrica de "Ativos da concessão" para melhor apresentação. Os contratos que começaram e concluíram no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, quais são: (i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; (ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; (iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; (iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; e (v) Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia também concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração que não houve impacto significativo na adoção deste pronunciamento, exceto: (i) pela reclassificação das penalidades de indicadores de desempenho que eram classificados na demonstração do resultado como despesas operacionais e passaram a ser classificadas como itens redutores das receitas, conforme detalhado abaixo; (ii) na classificação do Intangível - Em curso sob o escopo do ICPC 01 (R1), conforme discriminado no item 3 abaixo.

O pronunciamento define que o valor da contraprestação pela obrigação de desempenho pode variar em razão de descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, cuja receita deve ser reconhecida de forma líquida dessa contraprestação variável. A Companhia é avaliada pela ANEEL em diversos aspectos no fornecimento de energia elétrica para clientes, dentre eles, está a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores compreendendo a avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC sendo que, uma vez descumpridos, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, por meio de desconto na fatura mensal de consumo de energia.

Adicionalmente, a norma estabeleceu um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

2) CPC 48 - Instrumentos Financeiros

Esta norma faz correlação à norma IFRS 9 e substituiu o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39). O CPC 48 trouxe como principais modificações: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (*impairment*) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros; e (iii) torna os requisitos para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) menos rigorosos.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma, todavia, a Companhia aproveitou a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de exercícios anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). Assim, as diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 foram reconhecidas no Patrimônio Líquido em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

- *Classificação e mensuração*



O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, sendo apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Já para os ativos financeiros, o pronunciamento simplifica o modelo de mensuração anterior e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

- *Redução ao valor recuperável*

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

Para as rubricas de Consumidores e Concessionárias e Outros créditos, a Administração da Companhia decidiu pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando, quando aplicável, em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

- *Contabilidade de hedge (Hedge accounting)*

O CPC 48 exige que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de *hedge* estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a mesma aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do *hedge*. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao *hedge*, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de *hedge* em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactaram a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

3) Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17



O documento estabelece alterações a Interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 – 2016.

Em relação às revisões acima, destaca-se as alterações no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação que trata das divulgações relativas aos instrumentos financeiros. Com a edição do CPC 48 foram incluídos no CPC 40 extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas.

A Companhia realizou uma análise para identificar os novos requerimentos de divulgação, destacando as divulgações pertinentes nas notas de Consumidores e Concessionárias, Receitas e Instrumentos financeiros.

Em relação as alterações introduzidas pelo CPC 47, destacamos abaixo as alterações no ICPC 01 (R1). A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes das alterações nos demais pronunciamentos.

- *ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão*

As alterações introduzidas pelo CPC 47 impactaram a Companhia na forma de se classificar seus ativos, já que os mesmos estão sob alcance do ICPC 01. Dentre as alterações destaca-se o tratamento de todos os ativos no período de construção e que ainda não estão em serviço, como Ativos contratuais, sendo reclassificados da rubrica "Intangível – Em curso" para a rubrica de "Ativos da concessão".

4) ICPC 21 - Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento

Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da adoção deste pronunciamento.

2017

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2017, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão do Pronunciamento Técnico nº 10/16, emitido pelo CPC.

Esta revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os Diretores da Companhia salientam que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em relação ao último exercício social, ou seja, o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.



2016

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2016, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão dos Pronunciamentos Técnicos nº 08/15 e nº 09/16, emitidos pelo CPC. Na opinião dos Diretores, as normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras.

Adicionalmente, a Companhia reavaliou as práticas contábeis relativas ao registro da atualização do ativo financeiro indenizável e da variação cambial da energia comprada de Itaipu, conforme descrito a seguir:

- *Atualização do ativo financeiro indenizável*

Os diretores concluíram que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de "Outras despesas e receitas operacionais", poderia ser melhor apresentada na rubrica de "Receitas", em conjunto com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação de desempenho.

Tal conclusão está suportada no fato de que investir em infraestrutura é uma das principais atividades de seu negócio e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura. Ademais as distribuidoras possuem o direito incondicional de receber caixa ao término da concessão pelos investimentos não amortizados, devidamente atualizados pelo VNR acrescido de WACC regulatório definido pela ANEEL a cada Revisão Tarifária, sendo o poder concedente responsável por este financiamento quando do término do contrato de concessão.

Deste modo, as receitas tarifárias, que são classificadas na rubrica de "Receitas", representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato desses dois ativos integrarem a base regulatória de remuneração.

Adicionalmente, a nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão.

- *Variação cambial da energia comprada de Itaipu*

Os diretores concluíram que a variação cambial decorrente dos contratos de compra de energia de Itaipu, que são mensurados em Dólar, originalmente apresentada sob a rubrica de "Despesas financeiras", poderia ser melhor apresentada na rubrica de "Custo com energia elétrica", em conjunto com os demais custos relacionados aos contratos de compra de energia, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica.

Tal conclusão está suportada no fato de que, tanto o custo da energia adquirida de Itaipu quanto a variação cambial decorrente da compra, são repassados ao consumidor na tarifa de energia elétrica, por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A – CVA, e também pelo fato da variação cambial ser derivada de preço contratual de compra de energia e não de variação de passivo financeiro. Desta forma, consideramos que, manter ambos os montantes na mesma rubrica, proporcionaria uma leitura da demonstração financeira mais verdadeira, transparente e apropriada, devido ao fato de ambos os montantes serem claramente relacionados ao custo da operação das distribuidoras.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis referentes aos 3 últimos exercícios sociais

2018

CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

Em decorrência da adoção do CPC 47, a Companhia reclassificou na Demonstração do Resultado os ressarcimentos por indisponibilidade na prestação do serviço de energia elétrica da rubrica de Custo de operação para a rubrica de Receitas, conforme demonstrado abaixo:



	2017		
	Publicado	CPC 47	Reapresentado
Receitas	3.975.741	(5.848)	3.969.893
Custo da produção e do serviço de energia elétrica			
Custo de operação	(343.013)	5.848	(337.165)
Lucro bruto	544.628		544.628
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	271.154		271.154
Resultado líquido do exercício	194.100		194.100

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

- *Classificação e mensuração*

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo nas demonstrações financeiras:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Ativo financeiro indenizável	Disponível para venda	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	Ativos mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Consumidores e concessionárias	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas (Outros créditos)	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros setoriais	Disponível para venda	Custo amortizado

A Companhia possui passivos financeiros mensurados ao VJR, representados por dívidas em moeda estrangeira, para os quais existem instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) para mitigação do risco cambial. Para esses derivativos, a Companhia poderá manter a mensuração ao valor justo por meio do resultado, não havendo divergências de mensuração entre o CPC 48 e o CPC 38 para esses passivos financeiros.

- *Redução ao valor recuperável*

Após as devidas análises a Companhia identificou os seguintes ajustes realizados em contrapartida da rubrica de Lucros acumulados, no Patrimônio líquido, em 1º de janeiro de 2018:

	Circulante e Não circulante		
	Saldo em 31/12/2017	Ajustes adoção inicial (CPC 48)	Saldo em 1º de janeiro de 2018
Contas a receber (líquido da PECLD)	856.579	(53.876)	802.703
Outros créditos	88.494	1.459	89.953
PECLD	(117.365)	9.439	(107.926)
Total	827.708	(42.978)	784.730



Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17

A Companhia reclassificou os montantes no Balanço Patrimonial, anteriormente registrado na rubrica de "Intangível", para a rubrica "Ativos da concessão", conforme demonstrado abaixo:

	2017		
	Publicado	Revisão do ICPC 01 (R1)	Reapresentado
Não circulante			
Ativos da concessão	-	183.964	183.964
Intangível	1.011.288	(183.964)	827.324
Total do Ativo Não circulante	2.254.590		2.254.590

2017

Na opinião dos Diretores da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não houve efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia relativos às alterações nas práticas contábeis em relação ao último exercício social, ou seja, o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2016

Em decorrência da mudança das práticas contábeis relativas ao registro da atualização do ativo financeiro indenizável e da variação cambial da energia comprada de Itaipu, a Companhia reapresentou as demonstrações financeiras de 2015 nos seguintes montantes:

	2015	
	Atualização do Ativo financeiro indenizável	Varição cambial de Itaipu
Receitas	102.696	
Custo da produção e do serviço de energia elétrica		
Custo do serviço de energia elétrica		(25.962)
Lucro bruto	102.696	(25.962)
Despesas e Receitas operacionais		
Outras despesas e receitas operacionais	(102.696)	
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	-	(25.962)
Resultado financeiro		
Despesas financeiras		25.962
Resultado líquido do exercício	-	-

c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os Diretores salientam que as demonstrações financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2018 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro, *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo IASB, e que as mesmas não possuem ressalvas ou ênfases.

Os Diretores salientam que as demonstrações financeiras da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro,



International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo IASB, e que as mesmas não possuem ressalvas ou ênfases.

10.5. Os Diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimentos de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que os Diretores da Companhia se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados abaixo.

Os Diretores da Companhia destacam abaixo as principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras:

Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros e contratuais

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, após proceder ao teste de recuperabilidade dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.



Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

Os Diretores destacam que, conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos ativos financeiros e, de acordo com a abordagem simplificada e quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

Atualmente é registrada PECLD para as rubricas de “Consumidores e Concessionárias” e “Outros créditos” sobre toda a vida do recebível com base em aplicação de percentual calculado a partir de estudo histórico de inadimplência segregados por parâmetros de: (i) classe de consumidor; (ii) tensão; (iii) data de faturamento; e (iv) data de vencimento. Desta forma, foi constituída uma matriz de risco por período de inadimplência, ajustada pela expectativa econômica do período corrente, obtida por meio da previsão dos parâmetros do índice de inadimplência de mercado do Banco Central.

Ativos financeiros setoriais

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito a receber e são calculados utilizando premissas observáveis para as distribuidoras do setor de energia elétrica nos períodos de reajustes e revisões tarifárias. Sua mensuração leva em consideração a diferença temporal entre os custos orçados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Os Diretores destacam que as principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente.

Realização dos créditos fiscais diferidos

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

Os Diretores da Companhia elaboram projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente. Na opinião dos Diretores a Companhia possui a capacidade de realização desses créditos fiscais nos próximos exercícios.

Ativos da concessão

Refere-se ao direito contratual da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, tais ativos passarão a ser classificados como Ativo financeiro indenizável ou como Ativo Intangível, conforme a forma de remuneração.

Os Diretores destacam que as principais incertezas sobre estes ativos se devem ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente quando transferidos para o Ativo financeiro indenizável ou para o Ativo Intangível.



Ativo financeiro indenizável

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor justo do direito na data da demonstração financeira e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, homologados pela ANEEL a cada 3 ou 4 anos em laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

Os Diretores destacam que as principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão.

Vida útil do intangível

A base para o cálculo da amortização é o valor amortizável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

Benefício pós-emprego

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Anualmente a Companhia contrata atuários independentes para realização de avaliação atuarial de seus planos na modalidade de benefício definido, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

São reconhecidas as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

Os Diretores salientam que as principais incertezas são as alterações nas premissas atuariais que podem acarretar impactos nas demonstrações financeiras.

Provisões

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. Os Diretores destacam que as provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Em relação às provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, as mesmas são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a



identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

Fornecimento - Faturado: São reconhecidos por meio da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas com base na tarifa vigente homologada pelo órgão regulador.

Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - Faturado: São reconhecidas pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos), sendo o valor justo da contraprestação calculado conforme tarifa de uso do sistema, a qual é definida pelo órgão regulador.

- i. *Não faturado:* Refere-se a energia fornecida e/ou ao uso do sistema de distribuição que ainda não foram faturados correspondentes ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento das demonstrações financeiras. É estimada e reconhecida como receita não faturada considerando-se como base a carga real de energia distribuída no mês, o índice de perda anualizado e a tarifa vigente.
- ii. *Resultados de ativos financeiros setoriais:* É reconhecido mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL.
- iii. *Suprimento - Faturado:* Refere-se a energia elétrica fornecida para outra concessionária, segundo condições contratuais. O montante da contraprestação é determinado pela quantidade de energia entregue multiplicada pela tarifa estabelecida no contrato.
- iv. *Energia de curto prazo:* A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.



- v. *Receita de construção:* O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições aos Ativos da concessão, não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados por meio do método de insumo, de acordo com o CPC 47. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante.

- vi. *Subvenções vinculadas ao serviço concedido:* É reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

- vii. *Arrendamentos e aluguéis:* A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Mensuração à valor justo dos instrumentos financeiros

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Companhia elabora análises de sensibilidade que tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia mensurados a valor justo. Os Diretores destacam que, não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.



10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

(valores apresentados em milhares de Reais)

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial

Os Diretores destacam que os valores apresentados abaixo referem-se aos montantes devidamente atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP – Energias do Brasil.

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Arrendamentos operacionais passivos	2.406	16.204	3.971

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores salientam que não existem carteiras de recebíveis não registradas nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 2017, 2016 e 2015.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações de compra com: (i) materiais; (ii) serviços; (iii) energia; e (iv) encargos de conexão e transporte de energia	26.137.166	28.547.137	28.321.879

iv. contratos de construção não terminada

Os Diretores salientam que não existem contratos de construção não terminados não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 2018, 2017 e 2016.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

No exercício findo de 2018, a Companhia possuía crédito disponível junto ao BNDES referente ao financiamento do CAPEX realizado nos anos de 2016 a 2018. Segue abaixo a movimentação ocorrida no exercício de 2018:

Instituição financeira	Montante total contratado	Montante não recebido	Montante recebido
BNDES	399.733	241.133	158.600

No exercício findo de 2017, a Companhia possuía crédito disponível junto ao BNDES referente ao financiamento do CAPEX realizado nos anos de 2016 a 2018. Segue abaixo a movimentação ocorrida no exercício de 2017:

Instituição financeira	Montante total contratado	Montante não recebido	Montante recebido
BNDES	399.733	277.733	122.000



Os Diretores salientam que não existem contratos de recebimentos futuros de financiamentos não registrados na Demonstração Financeira da Companhia para o exercício findo em 2016.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores destacam que, adicionalmente aos montantes destacados acima, a Companhia possui o seguinte item não evidenciado em suas demonstrações financeiras:

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	196.341	212.601	149.471

10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os Diretores destacam que os montantes apresentados no item 10.6 são compromissos futuros assumidos junto à fornecedores, prestadores de serviços, instituições financeiras e etc. e, quando houver a realização do serviço, recebimento dos produtos ou mercadorias, ou a competência dos juros, os montantes em questão serão registrados nas demonstrações financeiras do emissor afetando, principalmente, os custos e despesas operacionais e as despesas financeiras.

b) Natureza e o propósito da operação

Os Diretores destacam que os valores apresentados no item 10.6 refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os montantes envolvidos e as naturezas das operações encontram-se destacados no item 10.6.

10.8 Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia

(em milhões de reais, exceto quando indicado)

a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Foi realizado a título de investimento o valor de R\$318,6 em 2017, já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados, ficando 18,1% acima do mesmo período do ano anterior. No período os juros capitalizados representam R\$3,3 do total. Os investimentos realizados foram destinados a obras estruturantes para o reforço do sistema elétrico, telecomunicações, informática, entre outros.

Os investimentos de 2017 totalizaram R\$269,7 e os de 2016 R\$246,3

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos



A Companhia conta, principalmente, com o fluxo de caixa das suas operações e com recursos captados de terceiros por meio de contratos de financiamento para custear suas atividades operacionais e investimentos. Para mais informações sobre os contratos de financiamento da Companhia, vide item 10.1 "d" e "e" deste Formulário de Referência.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento nem desinvestimentos previstos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, pois a Companhia não divulgou a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) Novos produtos e serviços

Não aplicável, pois a Companhia não pode fornecer produtos ou serviços que não os convencionados em seu contrato de concessão.

10.9. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

* * *

Declarações dos Diretores da Companhia

Instrução CVM 480/2009 - Artigo 25 (Incisos V e VI)

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia base 31 de dezembro de 2018.

* * *



ANEXO II

Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2017

Item 9-1-II

1. Informar o lucro líquido do exercício:

Lucro Líquido (em reais)	Lucro Líquido Ajustado - LLA (em reais)
R\$213.492.531,18	N/A

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:

Juros Sobre Capital Próprio (JCP) (em reais)	Valor por ação (JCP) (em reais)
R\$66.294.000,00 R\$56.349.900,00 (*)	R\$0,001441

Dividendos (em reais)	Valor por ação (em reais)
R\$136.523.904,62	R\$0,003492

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

%Lucro Líquido (**)	%LLA
100,00%	N/A

(*) Líquido do Imposto de renda

(**) Lucro Líquido deduzido da constituição da reserva legal.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto do dividendo e juros sobre capital próprio de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

Categoria	Tipo de Ação	Valor total bruto (em reais)	Valor por ação (em reais)
Dividendos	Ordinária (ON)	R\$136.523.904,62	R\$0,003492

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio:

O pagamento será efetuado até 31 de dezembro de 2019.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio:

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.



d) *Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:*

Terão direito ao recebimento do valor correspondente aos juros sobre capital próprio todos os detentores de ações ordinárias da Companhia na data-base de 21 de dezembro de 2018.

Terão direito ao recebimento do valor correspondente aos dividendos todos os detentores de ações ordinárias da Companhia na data-base de 30 de abril de 2019.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores:

a) *Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:*

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) *Informar a data dos respectivos pagamentos:*

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) *Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:*

A Companhia possui apenas ações ordinárias.

31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
R\$0,00546	R\$0,00497	R\$0,00362	R\$0,00670

b) *Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:*

A Companhia possui apenas ações ordinárias.

Dividendo por ação		
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
R\$0,003038	R\$0,001755	R\$0,004747

Juro sobre Capital Próprio por Ação		
31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
R\$0,001679	R\$0,001682	R\$0,001619

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a) *Identificar o montante destinado à reserva legal:*

Reserva Legal (em reais)
R\$10.674.626,56



b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% no lucro líquido ajustado até o limite de 20% do capital social.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:

A Companhia não possui ações preferenciais.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:

A Companhia não possui ações preferenciais.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:

A Companhia não possui ações preferenciais.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:

A Companhia não possui ações preferenciais.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista o estatuto:

A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 I, II, e III da Lei das Sociedades pó Ações, será distribuída ao acionista como dividendo anual mínimo obrigatório.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

O dividendo será pago integralmente.

c) Informar o montante eventualmente retido:

Não houve montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a) Informar o montante da retenção:

Não houve montante retido.



b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:

Não houve montante retido.

c) Justificar a retenção dos dividendos:

Não houve dividendo retido.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a) Identificar o montante destinado à reserva:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

c) explicar porque a perda foi considerada provável:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

d) Justifica a constituição da reserva:

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva:

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado à reserva:

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

c) Descrever como montante foi calculado:

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:



a) Identificar o montante da retenção

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

Não houve destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

b) Explicar a natureza da destinação

Não houve destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

* * *



ANEXO III

Informações acerca dos Conselheiros de Administração

Itens 12.5 a 12.10 – Formulário de Referência

Propõe-se o número de 6 (seis) membros para composição do Conselho de Administração efetivo da Companhia, e 1 (um) suplente, reelegendo-se a atual composição do Conselho de Administração para um mandato de 1 (um) ano, ou seja, até a data de realização da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social a findar-se em 31.12.2019:

Item 12.5

Composição proposta para o Conselho de Administração da Companhia para o mandato 2019-2020:

Nome	Nascimento	Profissão	CPF Passaporte	Cargo Eletivo ocupado	Data da Eleição prevista	Data da Posse	Prazo de Mandato	Eleito pela Controladora	Outros Cargos exercidos na Companhia	Membro independente	Número de mandatos consecutivos
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas	12.11.1970	Engenheiro	233.022.348-05	Presidente do Conselho	AGO de 30.04.2019	Até 30 dias após a eleição	1 (um) ano	Sim	• Não Aplicável	Não	5
Michel Nunes Itkes	12.03.1968	Engenheiro	650.937.986-49	Vice-Presidente do Conselho	AGO de 30.04.2019	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Sim	• Não Aplicável	Não	4
Luiz Otavio Assis Henriques	03.03.1958	Engenheiro	024.750.768-79	Conselheiro	AGO de 30.04.2019	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Sim	• Não Aplicável	Não	10
Carlos Emanuel Baptista Andrade	24.12.1962	Economista	364.349.064-04	Conselheiro	AGO de 30.04.2019	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Sim	• Não Aplicável	Não	5
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire	29.04.1968	Engenheiro	235.109.528-63	Conselheiro	AGO de 30.04.2019	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Sim	• Não Aplicável	Não	3
Pompeu Freire Mesquita	24.06.1969	Eletricista	370.642.153-49	Conselheiro	AGO de 30.04.2019	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Não	• Não Aplicável	Não	6
Marco Antonio Caires Zamparo	01.05.1964	Eletricista	075.114.498-32	Conselheiro Suplente	AGO de 30.04.2019	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Não	• Não Aplicável	Não	5



Currículo – Incluindo as informações da letra m do item 12.5 incluindo informações acerca do grupo econômico do emissor

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

No Brasil desde 2008, Miguel Setas assumiu, em janeiro de 2014, a Presidência da EDP Energias do Brasil (Controladora da Emissora). Entre 2010 e 2013, foi o Vice-Presidente responsável pelo negócio da Distribuição (CEO da Emissora e EDP Escelsa – Coligada da Emissora) e anteriormente, durante 2 anos, o Vice-Presidente responsável pelos Novos Negócios, Comercialização e Renováveis. Entrou para o Grupo EDP (Portugal) em 2006, como Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal (Acionista Controladora de forma indireta da Emissora). Foi ainda membro da Administração da EDP Inovação (onde ainda se mantém), da Portgás e da Fundação EDP. Formou-se em Engenharia Física no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, onde também fez o Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores. Em 1996, fez o MBA na Universidade Nova de Lisboa. Entrou para o setor da Energia em 1998, como Diretor Corporativo da GDP - Gás de Portugal. Desde então manteve-se ligado ao setor energético, tendo sido Administrador da Setgás, entre 1999 e 2001, e Administrador Executivo da Lisboagás, entre 2000 e 2001. Até 2004, foi Diretor de Marketing Estratégico do Grupo Galp Energia. Entre 2004 e 2006 foi Administrador da CP - Comboios de Portugal. Neste período presidiu à Comissão Executiva da CP Lisboa. Começou a sua vida profissional em 1995, como Consultor na McKinsey & Company, onde desenvolveu atividade em setores tão diversos como Energia, Financeiro, Seguros, Distribuição e Indústria. Foi eleito em 21 de abril de 2015 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal. Atualmente é integrante do Conselho de Administração de empresas controladas da EDP Energias do Brasil S.A., como Presidente, EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A, EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A., Investco S.A. e Lajeado Energia S.A., desde 2014 e Diretor Vice-Presidente do instituto Energias do Brasil desde 2009.

Michel Nunes Itkes

Engenheiro electricista, com ênfase em eletrotécnica, formado pela EFEI - Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Últimas posições ocupadas: EDP – Energias do Brasil S.A. (Controladora da Emissora): Gerente de Divisão à partir de março de 2000; Gerente Executivo de Planejamento Energético desde fevereiro de 2002; Diretor de Comercialização, de abril de 2008 a dezembro de 2009; Diretor Vice-Presidente de Distribuição desde abril de 2015. EDP São Paulo Distribuição de Energia S.A. (Coligada da Emissora): Diretor Presidente desde abril de 2015; Diretor Comercial – de 2010 a 2015; Diretor Técnico e de Ambiente – de junho de 2014 a 2015. EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (Coligada da Emissora): Diretor Presidente desde abril de 2015 e Diretor Comercial – de 2012 a 2014.

Luiz Otavio Assis Henriques

Engenheiro elétrico, licenciado em 1980 pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, com Pós-graduação em Planejamento Energético e modelo de privatização britânico pela The Monfort University of Leicester – Inglaterra. Ampla experiência no setor elétrico brasileiro, com passagens pela CESP – Cia. Energética de São Paulo de 1983 a 1998 e Elektro de 2000 a 2008, no cargo de Diretor Executivo Comercial e de Suprimento de Energia. Últimas posições ocupadas: EDP Energias do Brasil S.A. (Controladora da Emissora): Diretor Vice-Presidente de Operações de Geração, desde Maio de 2008; Diretor Vice-Presidente de Comercialização, de 2010 a 2013. É membro do Conselho de Administração da EDP São Paulo Energia S.A. (Coligada da Emissora) e da EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A. (Coligada da Emissora). Ocupa os cargos de Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração nas empresas de Geração controladas e/ou participadas da EDP Energias do Brasil, quais sejam: Energest S.A., Enerpeixe S.A., Companhia Energética do Jari, Santa Fé Energia S.A., Costa Rica Energética Ltda, Porto do Pecém Geração de Energia S.A, Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., Porto do Pecém Operação e Manutenção S.A., Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão. e Empresa de Energia São Manoel.



Carlos Emanuel Baptista Andrade

Graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco em 1984, Programa Avançado de Gestão do IESE Business School (Barcelona) – 2008 e programas de extensão nos centros de treinamento do Chase Manhattan Bank, em Rio de Janeiro, Miami, New York City, Porto Rico e São Paulo - 1985-2002. É Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Desenvolvimento do Negócio da EDP Energias do Brasil (Controladora da Emissora) desde abril de 2014, tendo sido anteriormente Diretor de Finanças, com responsabilidades concentraram-se em Finanças Estruturadas, Finanças Planning & Controls, Tesouraria, Seguros, Tax e Desenvolvimento de Negócios desde 2005. Ao longo dos últimos 2 anos antes de entrar para a EDP, foi CEO da BrasilConnects Ecologia, uma empresa de consultoria focada no fornecimento de aconselhamento financeiro integrado e serviços ambientais para empresas e instituições financeiras, com foco nos mercados de mudanças climáticas. Ao longo de 17 anos (1985-2002), desenvolveu uma carreira sólida nos mercados financeiros nacionais e internacionais, no Chase Manhattan Bank, Chase Securities, Inc., e JPMorgan, a maioria concentrada nas áreas de Crédito, Finanças Corporativas, Merchant Banking, Project Finance e Banca de Investimento, com posições em New York (6 anos), Cidade do México (3 anos) e Caracas (1 ano), além de São Paulo. Para além do cargo de Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Desenvolvimento do Negócio da EDP Energias do Brasil ocupa os cargos de Diretor Presidente da EDP Comercializadora (coligada da emissora) uma empresa de comercialização de energia que opera no mercado de energia não regulamentada brasileira. Membro do Conselho e Diretor Presidente da EDP GRID (coligada da emissora) uma empresa de serviços de energia focada em eficiência energética, geração distribuída, e serviços técnicos para clientes corporativos e de serviços públicos. Presidente do Conselho Deliberativo da Enerprev, fundo de pensão dos empregados EDP Energias do Brasil e membro do Conselho de Administração de empresas controladas e participadas da EDP Energias do Brasil (empresas de distribuição e de geração de energia).

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire

Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa com intercâmbio na Alemanha e Bélgica. Últimas posições ocupadas: Grupo H3 - Sócio, administrador e CEO no Brasil de abril de 2010 à 2015. KPMG Portugal - Sócio de janeiro de 2006 à abril de 2010.

Pompeu Freire Mesquita

Experiência profissional - resumo: Últimas posições ocupadas: EDP São Paulo Energia S.A.: Membro Titular do Conselho de Administração representante dos empregados desde 2013; Membro Suplente do Conselho de Administração representante dos empregados de 2012 a 2013; Eletricista de Rede de Distribuição desde novembro de 1996. Sindicato dos Eletricistas de São Paulo: Diretor de Base desde outubro de 2002.

Marco Antonio Caires Zamparo

Experiência profissional - resumo: Técnico em eletrotécnica. Últimas posições ocupadas: EDP São Paulo Energia S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração representante dos empregados desde abril de 2013 exerceu a mesma função entre 2007 a 2011; Técnico de Eletrotécnica de 1985 até 2009. Sindicato dos Eletricistas de São Paulo: Membro do Conselho Fiscal desde 2006. Para maiores informações sobre as atividades das empresas vide item 12.12. (b) Declaração de eventuais condenações: O Membro da Administração não sofreu qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.



Letra (k) do item 12.5 da IN/CVM 480 – Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência.

A Emissora informa que para determinar a independência e o critério de eleição do Conselheiro utilizou os termos estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado:

"Conselheiro Independente" caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

Letra (n) do item 12.5 da IN/CVM 480 - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos.

Para todos os fins de direito, nos últimos 5 (cinco) anos, não houve qualquer condenação criminal, e/ou condenação em processo administrativo da CVM, bem como, não há conhecimento de qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado qualquer Conselheiros para a prática de atividade profissional ou comercial.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Conselheiro	Item 12.6. Percentual de participação nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas no último exercício após a posse no cargo.
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas	100%
Michel Nunes Itkes	100%
Luiz Otavio Assis Henriques	100%
Carlos Emanuel Baptista Andrade	100%
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire	100%
Pompeu Freire Mesquita	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

A Emissora não possui comitês estatutários bem comitês não estatutários



12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não se aplica.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Para os fins do item 12.9 do "Formulário de Referência" (IN CVM 480/2009 não há relação conjugal, união estável ou parentesco relação de subordinação, prestação de serviço ou controle nos termos do referido item 12.9.

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Para os fins do item 12.10 do "Formulário de Referência" (IN CVM 480/2009), não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle nos termos do referido item 12.10.



ANEXO IV

Informações acerca da Remuneração dos Administradores

Item 13 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais altamente qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à agregação de valor à Companhia. Todo o processo está sustentado por pesquisas constantes de mercado, qualitativa e quantitativa, conduzidas, atualmente, por empresa especializada e de renome internacional.

A Companhia dispõe de uma política de remuneração de seus Diretores. A referida política não está disponível para acesso a terceiros ou demais colaboradores, estando restrita a área de Recursos Humanos.

b. Composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

- **Remuneração Fixa**
 - Salário ou Pró-Labore: Honorário pago mensalmente, calculado conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o conselheiro pelos serviços prestados.
 - Benefícios Diretos ou Indiretos: Não se aplica.
 - Outros: São recolhidos ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- **Remuneração Variável (Não se aplica)**

Conselho Fiscal (Se instalado)

- **Remuneração Fixa**
 - Salário ou Pró-Labore: Honorário pago mensalmente, calculado conforme a Lei das S/As, ou seja, 10% da média da remuneração da Diretoria. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o conselheiro pelos serviços prestados.
 - Benefícios Diretos ou Indiretos: Não se aplica.
 - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- **Remuneração Variável (Não se aplica)**

Diretoria Estatutária

- **Remuneração Fixa**
 - Salário ou Pró-Labore: Representa a remuneração fixa, paga mensalmente, calculada conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de



acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o diretor pelos serviços prestados.

- Benefícios Diretos ou Indiretos: Representa os benefícios, assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição, seguro de vida e previdência privada. O objetivo dos benefícios diretos e indiretos é complementar a remuneração fixa dos diretores, e também é pago como uma remuneração por conta dos serviços prestados.
- Remuneração por participação em comitês: Não se aplica
- Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- **Remuneração Variável**
 - Bônus: Representa a remuneração variável de curto prazo, com forma de recompensar o alcance ou superação dos objetivos da Companhia. O objetivo da remuneração variável é estimular a produtividade dos diretores e servir como remuneração adicional pelo cumprimento das metas estabelecidas e desempenho satisfatório de suas funções.
 - Participação nos Resultados: Não se aplica
 - Remuneração por participação em reuniões: Não se aplica
 - Comissões: Não se aplica
 - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração variável.

Diretoria Não Estatutária

- **Remuneração Fixa**
 - Salário ou Pró-Labore: Representa a remuneração fixa, paga mensalmente, conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o diretor pelos serviços prestados.
 - Benefícios Diretos ou Indiretos: Representa os benefícios, assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição, seguro de vida e previdência privada. O objetivo dos benefícios diretos e indiretos é complementar a remuneração fixa dos diretores, e também é pago como uma remuneração por conta dos serviços prestados.
 - Remuneração por participação em comitês: Não se aplica
 - Outros: São recolhidos ao INSS os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
- **Remuneração Variável**
 - Bônus: Não se aplica
 - Participação nos Resultados: Representa a remuneração variável de curto prazo, como forma de recompensar o alcance ou superação dos objetivos da Companhia, pago por meio de Programa de Participação nos Lucros e Resultados. O objetivo da remuneração variável é estimular a produtividade dos diretores e servir como remuneração adicional pelo cumprimento das metas estabelecidas e desempenho satisfatório de suas funções.
 - Remuneração por participação em reuniões: Não se aplica
 - Comissões: Não se aplica
 - Outros: Não é recolhido nenhum encargo, pois a remuneração variável é paga de acordo com a Lei 10.101/00 que dispõe sobre PLR e, conforme Art. 3º, não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	2018	2017	2016
Conselho de Administração			
Remuneração Fixa	100,0%	100,0%	100,0%
Salário ou Pró-Labore	83,3%	83,3%	83,3%
Benefícios diretos ou indiretos	0,0%	0,0%	0,0%
Encargos sociais	16,7%	16,7%	16,7%



Diretoria Estatutária			
Remuneração Fixa	79,5%	71,8%	84,5%
Salário ou Pró-Labore	48,2%	49,6%	54,8%
Benefícios diretos ou indiretos	11,7%	7,9%	14,3%
Encargos sociais	19,6%	14,3%	15,4%
Remuneração Variável	20,5%	28,2%	15,5%
Bônus	20,5%	22,9%	14,3%
Encargos sociais	0,0%	5,3%	1,2%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A política de remuneração da Companhia é analisada por meio de comparação com os valores pagos no mercado, com o objetivo de manter o nível de competitividade adequado. As pesquisas salariais são feitas por meio de metodologia da consultoria Hay Group (Korn Ferry), que classifica os cargos por pontuação de acordo com três elementos: *know-how*, processo mental e responsabilidade por resultados. A mensuração destes três fatores resulta no peso do cargo. Tal metodologia permite mensurar a importância e a complexidade relativas aos resultados esperados do cargo. Essa comparação é realizada anualmente, e a Diretoria da Companhia analisa e delibera as ações de movimentações em função dessa análise remuneratória.

Apresentamos abaixo detalhamentos referentes ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretorias Estatutária e Não Estatutária:

- **Conselho de Administração:** A metodologia para a definição da Remuneração baseia-se na análise dos níveis de Remuneração e melhores práticas de mercado, onde o Conselho de Remuneração analisa as informações e aprova as propostas.
- **Conselho Fiscal:** A metodologia para a definição da Remuneração baseia-se em 10% da média salarial dos pró-labores dos membros da diretoria estatutária.
- **Diretoria Estatutária e Não Estatutária:** A metodologia para a definição da Remuneração baseia-se na análise dos níveis de Remuneração e melhores práticas de mercado, onde o Conselho de Remuneração analisa as informações e aprova as propostas. Para a remuneração fixa, é determinada uma tabela salarial com referência mínima, média e máxima, de forma que seja competitiva com o nosso mercado referência. Para a remuneração variável, após a análise dos dados de mercado, definimos o valor *target* de bônus / PLR para cada um dos níveis hierárquicos.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Além de garantir a competitividade e atratividade da Companhia, visa aumentar o valor da mesma. Os objetivos da remuneração variável são: criação de vínculos entre o desempenho e a recompensa e compartilhamento dos resultados da empresa. A metodologia está totalmente ligada ao desempenho do negócio e do colaborador, ou seja, quanto mais o mesmo esteja comprometido com seus resultados diretos e indiretos, melhor será o desempenho da Companhia, consequentemente a recompensa financeira.

Para verificar a forma de apuração do cumprimento de metas e a metodologia de cálculo da remuneração variável, por favor, reporte-se aos itens 13.1 (c) e 13.1 (d).

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há remuneração aos Conselheiros de Administração, bem como, para alguns Diretores, indicados pela acionista controladora, EDP - Energias do Brasil, tendo em vista que referida remuneração já é suportada pela referida controladora.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração



Performance do Negócio face aos objetivos fixados relativamente a rentabilidade, satisfação dos clientes, acionistas e colaboradores, imagem da empresa e responsabilidade social. Segue KPIs ("Key Performance Indicator") do Grupo EDP – Energias do Brasil para apuração do cálculo de Remuneração Variável:

- a) **EBITDA**, entendido como indicador que mede o potencial de geração de caixa do negócio, obtido pelo lucro, antes de juros, impostos, depreciação e amortização;
- b) **Custos Operacionais**, entendido como o indicador que mede os gastos com despesas operacionais (OPEX, pessoal, material, serviços, outros);
- c) **Resultado Líquido**, entendido como o lucro da Companhia;
- d) **CAPEX**, entendido como o índice que mede os investimentos nas empresas;
- e) **ISE**, entendido como Índice de Sustentabilidade Empresarial; e
- f) **Cash-Flow Operacional**, entendido como o indicador que mensura o fluxo de caixa operacional.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração fixa da administração não sofre impacto conforme a evolução dos indicadores de desempenho. Portanto, a evolução de tais indicadores não incrementa o salário, o pró-labore, os benefícios diretos e indiretos, tampouco a remuneração por participação em comitês.

Quanto ao bônus e a participação nos resultados, que fazem parte da remuneração variável das diretorias estatutária e não-estatutária, seu pagamento está diretamente ligado ao alcance, pela Companhia, de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Conforme são atingidas as metas atreladas aos indicadores de desempenho, parcelas do resultado da Companhia são direcionadas ao pagamento da remuneração variável. Quanto maior a evolução dos indicadores de desempenho, maior é a porção do resultado da Companhia que será destinada ao pagamento das remunerações variáveis dos diretores.

Com base em avaliações individuais dos diretores, realizadas pelo Comitê de Remuneração, e parâmetros técnicos pré-estabelecidos, é realizada a divisão e pagamento da remuneração variável.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração utilizada, baseada em uma componente fixa e em outra variável, almeja alinhar a atividade de nossos funcionários com os objetivos da Companhia, como, por exemplo, o aumento de seu valor de mercado e de sua sustentabilidade. A componente fixa pretende tornar atrativa a adesão e manutenção de profissionais qualificados, enquanto a componente variável, por ser estabelecida com base em indicadores de desempenho alinhados aos objetivos da Companhia, incentiva a superação individual para que a Companhia atinja as metas traçadas por sua administração.

Destacamos que o valor da remuneração variável é diretamente atrelado ao Resultado Individual (RI), que é apurado em função do cumprimento, pelo funcionário, de metas estratégicas, traçadas pela administração da Companhia para atingir seus objetivos de crescimento de curto e médio prazo. Logo, entendemos que quanto melhor o Resultado Individual do funcionário, maior será sua contribuição para cumprimento dos objetivos e interesses da Companhia, conseqüentemente maior será sua remuneração variável.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Quanto a Diretoria Estatutária, atualmente um de seus membros recebe parte de sua remuneração de empresas subsidiárias da Companhia (conforme detalhado no item 13.15).

Identificamos, na tabela a seguir, as componentes da remuneração que são suportadas parte pela Companhia e parte por sua controladora:



	EDP São Paulo	EDP - Energias do Brasil	EDP Espírito Santo	EDP Transmissão	EDP Comercializadora
	Companhia	Controladora	Controle comum	Controle comum	Controle comum
Remuneração Fixa					
Salário ou Pró-Labore	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Benefícios Diretos ou Indiretos	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Remuneração por participação em comitês	Não	Não	Não	Não	Não
Outros	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração Variável					
Bônus	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Participação nos Resultados	Não	Não	Não	Não	Não
Remuneração por participação em reuniões	Não	Não	Não	Não	Não
Comissões	Não	Não	Não	Não	Não
Outros	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.

h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Remuneração da controladora EDP – Energias do Brasil analisa práticas de mercado (com objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais altamente qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à agregação de valor à Companhia), dando parecer acerca da melhor prática a ser seguida. Posteriormente, o Conselho de Administração aprova a remuneração individual de cada membro.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

As considerações acerca dos critério e metodologia utilizadas estão descritas no item “b”, subitem “iii”, deste documento.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Anualmente o Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração.



13.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2019.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual	45.000	2.712.484	0	2.757.484
Salário ou pró-labore	37.500	1.964.314	0	2.001.814
Benefícios direto e indireto		198.163		198.163
Participações em comitês				0
Outros	7.500	550.008	0	557.508
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais		
Remuneração variável	0	905.758	0	905.758
Bônus		707.623		707.623
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		198.135		198.135
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a encargos sociais		0
Pós-emprego		171.758		171.758
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções				0
Observação				0
Total da remuneração	45.000	3.790.000	0	3.835.000

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	0,00	7,00
Remuneração fixa anual	34.848	2.377.939	0	2.412.787
Salário ou pró-labore	29.040	1.535.309	0	1.564.349
Benefícios direto e indireto		219.546		219.546
Participações em comitês				0
Outros	5.808	623.084	0	628.892
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	
Remuneração variável	0	804.126	0	804.126
Bônus		651.494		651.494
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros				0
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego		152.632		152.632
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções				0
Observação				0
Total da remuneração	34.848	3.182.065	0	3.216.913



Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	6,00	0,00	12,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,92	0,00	5,92
Remuneração fixa anual	34.848	1.818.172	0	1.853.020
Salário ou pró-labore	29.040	1.283.410	0	3.883.000
Benefícios direto e indireto		165.473		173.613
Participações em comitês				0
Outros	5.808	369.289	0	979.380
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais		
Remuneração variável	0	770.726	0	770.726
Bônus		592.298		1.192.500
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		138.844		276.400
Descrição de outras remunerações variáveis		Refere-se a encargos sociais		0
Pós-emprego		39.584		96.100
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções				0
Observação				0
Total da remuneração	34.848	2.588.898	0	2.623.746

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016- Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	7	0	13
Nº de membros remunerados	1	3	0	4
Remuneração fixa anual	34.848	1.359.585	0	1.394.433
Salário ou pró-labore	29.040	994.417		1.023.457
Benefícios direto e indireto	0	86.731		86.731
Participações em comitês				0
Outros	5.808	278.437		284.245
Descrição de outras remunerações fixas	0			0
Remuneração variável	0	280.800	0	280.800
Bônus		260.000		260.000
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		20.800		20.800
Descrição de outras remunerações variáveis		173.289		173.289
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações				0
Observação				0
Total da remuneração	34.848	1.813.674	0	1.848.522



13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais da Companhia e remuneração variável prevista para o exercício social corrente

Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente – 2019 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de total de membros	6,00	6,00	n/a	12,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	n/a	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	1.061.435	n/a	1.061.435
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	n/a	707.623	n/a	707.623
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração Variável - exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de total de membros	6,00	6,00	n/a	12,00
Nº de membros remunerados	1,00	6,00	n/a	7,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	1.035.000	n/a	1.035.000



Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	n/a	700.000	n/a	690.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	651.949	n/a	592.298
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	n/a	n/a	n/a	n/a

Remuneração Variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de total de membros	7,00	6,00	n/a	13,00
Nº de membros remunerados	0,00	4,92	n/a	4,92
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	1.035.000	n/a	1.035.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	n/a	690.000	n/a	690.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	592.298	n/a	592.298
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	n/a	n/a	n/a	n/a



Remuneração Variável – exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de total de membros	6,00	5,00	n/a	11,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	n/a	3,00
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	0	n/a	0
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	1.050.000	n/a	1.050.000
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	n/a	700.000	n/a	700.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	260.000	n/a	260.000
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	n/a	n/a	n/a	n/a

13.4. Informações relacionadas ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

Informação opcional para emissores de valores mobiliários da Categoria "B".

13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:



Informação opcional para emissores de valores mobiliários da Categoria "B".

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Informação opcional para emissores de valores mobiliários da Categoria "B".

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Informação opcional para emissores de valores mobiliários da Categoria "B".

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Informação opcional para emissores de valores mobiliários da Categoria "B".

13.9 Ações detidas pelos membros da Administração da Companhia.

Informação opcional para emissores de valores mobiliários da Categoria "B".

13.10 Informações relacionadas aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Nome do Plano	n/a	Enerprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	1.450.064
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	152.632
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, a qualquer momento desde que encerre o vínculo com a empresa. Somente poderá ser resgatado as contribuições feitas diretamente pelos administradores.



2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	1,00	4,92
Nome do Plano	n/a	Enerprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	1.235.307,90
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	153.946,56
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, a qualquer momento desde que encerre o vínculo com a empresa. Somente poderá ser resgatado as contribuições feitas diretamente pelos administradores.

2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	6,00	5,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00
Nome do Plano	n/a	Enerprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	785.583
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	135.796
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, a qualquer momento desde que encerre o vínculo com a empresa. Somente poderá ser resgatado as contribuições feitas diretamente pelos administradores.



13.11 Remuneração Fixa do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais.

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Nº Total de membros	6,00	6,00	5,00	6,00	6,00	6,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	6,00	4,92	3,00	1,00	1,00	1,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração (Reais)	884.950	806.637	684.006	34.848	34.848	34.848	0	0,00	0,00
Valor da menor remuneração (Reais)	158.376	443.370	507.793	34.848	34.848	34.848	0	0,00	0,00
Valor Média da remuneração (Reais)	530.344	526.199	604.558	34.848	34.848	34.848	0	0,00	0,00

13.12 Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia.

Não é Aplicado

13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	2018	2017	2016
Conselho de Administração	n/a	n/a	n/a
Diretoria	n/a	n/a	n/a

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não foi reconhecido no resultado da Companhia nenhum outro valor remuneratório para além das anteriormente informados no item 13.2.



13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

2018

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Título do Pagamento
Controladores diretos e indiretos	n/a	642.315	n/a	642.315	Pagamentos realizados sob contrato de trabalho, a título de "Pró-Labore"
Controladas do emissor	n/a	0	n/a	0	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	2.636.139	n/a	2.636.139	Pagamentos realizados sob contrato de trabalho, a título de "Pró-Labore"

2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Título do Pagamento
Controladores diretos e indiretos	n/a	659.045	n/a	659.045	Pagamentos realizados sob contrato de trabalho, a título de "Pró-Labore"
Controladas do emissor	n/a	0	n/a	0	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	2.643.562	n/a	2.643.562	Pagamentos realizados sob contrato de trabalho, a título de "Pró-Labore"

2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Título do Pagamento
Controladores diretos e indiretos	n/a	493.120	n/a	493.120	Pagamentos realizados sob contrato de trabalho, a título de "Pró-Labore"
Controladas do emissor	n/a	0	n/a	0	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	2.437.382	n/a	2.437.382	Pagamentos realizados sob contrato de trabalho, a título de "Pró-Labore"



2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Título do Pagamento
Controladores diretos e indiretos	n/a	662.750	n/a	662.750	Pagamentos realizados sob contrato de trabalho, a título de "Pró-Labore"
Controladas do emissor	n/a	0	n/a	0	n/a
Sociedades sob controle comum	n/a	1.182.172	n/a	1.182.172	Pagamentos realizados sob contrato de trabalho, a título de "Pró-Labore"

13.16 Outras Informações Relevantes.

Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 13 foram discutidas nos itens anteriores.

* * *